

Violência sexual na universidade: experiências e práticas de profissionais da Psicologia

Sexual violence at university: experiences and practices of psychology professionals

Violencia sexual en la universidad: experiencias y prácticas de profesionales de la psicología

Janine Gudolle de Souza¹ 

Adriane Rubio Roso² 

Maria Eduarda Freitas Moraes³ 

¹Autora para correspondência. Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria). Rio Grande do Sul, Brasil. gudolle.janine@gmail.com

^{2,3} Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria). Rio Grande do Sul, Brasil. adriane.roso@ufsm.br, mariaefmoraes@gmail.com

RESUMO | INTRODUÇÃO: Neste estudo, tivemos como objetivo conhecer as experiências, as concepções de violência e as práticas de cuidado de profissionais da Psicologia diante de casos de violência sexual na universidade. Além disso, analisamos as ações realizadas pela universidade no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres neste espaço. **MÉTODO:** Com base em um delineamento qualitativo, foram utilizadas como técnicas de construção das informações entrevistas semiestruturadas, notas de diário de campo e a técnica de Associação Livre de Palavras. **RESULTADOS:** Para a discussão dos resultados, privilegamos as visões da Psicologia Social Crítica e dos estudos feministas. O conjunto de dados foi organizado e interpretado segundo a análise temática. A violência tem se apresentado de diversas formas dentro do ambiente universitário, sendo as estudantes as mais vulneráveis. Os profissionais da Psicologia apresentam dificuldades perante os casos a serem atendidos, uma vez que não há um posicionamento institucional que norteie a atuação em um contexto de ensino superior. **CONCLUSÃO:** Concluímos que as universidades devem criar políticas públicas específicas para atender violências contra as mulheres e a violência de gênero deve ser uma questão central e transversal nos currículos. É fundamental criar espaços de cuidado a quem sofre violência neste contexto, como grupos de psicoterapia feminista e rodas de conversas regulares.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra as Mulheres. Violência Sexual. Universidade. Psicologia Social.

ABSTRACT | INTRODUCTION: In this study, we aimed to know the experiences, conceptions of violence and care practices of Psychology professionals in the face of cases of sexual violence at the university. In addition, we analyzed the actions carried out by the university regarding the confrontation of violence against women in this space. **METHOD:** Based on a qualitative design, semi-structured interviews, field diary notes and the technique of Free Association of Words were used as information construction techniques. **RESULTS:** For the discussion of the results, we privileged the views of Critical Social Psychology and feminist studies. The data set was organized and interpreted according to thematic analysis. Violence has been presented in different ways within the university environment, with students being the most vulnerable. Psychology professionals have difficulties facing the cases to be treated, since there is no institutional positioning that guides the performance in a higher education context. **CONCLUSION:** We conclude that universities should create specific public policies to address violence against women and gender violence should be a central and transversal issue in the curricula. It is essential to create spaces for care for those who suffer violence in this context, such as feminist psychotherapy groups and regular conversation circles.

KEYWORDS: Violence against Women. Sexual Violence. University. Social Psychology.

Submetido 26/10/2021, Aceito 02/09/2022, Publicado 28/09/22

Rev. Psicol. Divers. Saúde, Salvador, 2022;11:e4195

<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2022.e4195>

ISSN: 2317-3394

Editoras responsáveis: Mônica Dalto e Marilda Castelar

Como citar este artigo: Souza, J. G., Roso, A. R., & Moraes, M. E. F.

(2022). Violência sexual na universidade: experiências e práticas de profissionais da Psicologia. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4195. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2022.e4195>



RESUMEN | INTRODUCCIÓN: En este estudio, nuestro objetivo fue conocer las experiencias, concepciones de violencia y prácticas de atención de profesionales de la Psicología frente a casos de violencia sexual en la universidad. Además, analizamos las acciones realizadas por la universidad respecto al enfrentamiento de la violencia contra las mujeres en este espacio. **MÉTODO:** Basado en un diseño cualitativo, se utilizaron como técnicas de construcción de información entrevistas semiestructuradas, notas de diario de campo y la técnica de Asociación Libre de Palabras. **RESULTADOS:** Para la discusión de los resultados, privilegamos las visiones de la Psicología Social Crítica y los estudios feministas. El conjunto de datos fue organizado e interpretado de acuerdo con el análisis temático. La violencia se ha presentado de diferentes formas dentro del ámbito universitario, siendo los estudiantes los más vulnerables. Los profesionales de la psicología tienen dificultades frente a los casos a tratar, ya que no existe un posicionamiento institucional que oriente la actuación en un contexto de educación superior. **CONCLUSIÓN:** Concluimos que las universidades deben crear políticas públicas específicas para abordar la violencia contra las mujeres y la violencia de género debe ser un tema central y transversal en los planes de estudios. Es fundamental crear espacios de atención a quienes sufren violencia en este contexto, como grupos de psicoterapia feminista y círculos de conversación regulares.

PALABRAS CLAVE: Violencia contra la mujer. Violencia sexual. Universidad. Psicología Social.

Introdução

A violência vem sendo tema de discussão e pesquisa em diversos contextos, na escola, na mídia, no espaço público e privado, nas relações interpessoais, e pode ser praticada contra diferentes pessoas, crianças, mulheres, homens, adolescentes. [Arendt](#) (1994) afirma que “ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas” (p. 7). A violência afeta pessoas de diferentes gêneros, de todas as idades, gerações e acontece nas mais variadas classes sociais. Pode ser compreendida como decorrente de uma organização social e cultural de gênero, em que se privilegia o masculino e que historicamente associa as mulheres a uma condição de subalternidade ([Bandeira](#), 2014; [Saffioti](#), 2004), designa que o “feminino” é inferior, passível de objetificação e subjugação. Afeta, particularmente, homens e mulheres que não se enquadram no padrão cisheteronormativo e mulheres em geral.

Embora exista uma série de trabalhos sobre esse assunto, é necessário destacar que ainda é necessário pesquisar sobre ele, uma vez que se reconhece a violência contra as mulheres como um problema social ([Vigano & Laffin](#), 2019), uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública ([Netto et al.](#), 2014). Dessa forma, considera-se que o enfrentamento à violência contra as mulheres ainda está em construção e em pauta no Brasil ([Maito et al.](#), 2019), ainda que nem sempre integre a agenda política brasileira.

O combate à violência tem sido uma reivindicação antiga do movimento feminista, no entanto foi a partir da década de 1990 que concepções sobre esse assunto foram se transformando. Nesse período, houve mudanças de entendimento de governantes e instituições sobre a violência contra as mulheres, dando mais visibilidade ao assunto ([Azambuja & Nogueira](#), 2009). Igualmente houve a busca de aprovação de medidas protetoras para as mulheres e de espaço para participação política ([Pinto](#), 2010). Sendo assim, foi a partir das reivindicações do feminismo que se associou a violência com a condição de gênero, já que a violência de gênero, como salienta [Bandeira](#) (2014), revela o controle sobre os corpos das mulheres e evidencia o quanto homens e mulheres se inserem de formas diferentes na ordem social.

Historicamente, a violência tem uma concentração expressiva sobre os corpos das mulheres e “as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas” ([Bandeira](#), 2014, p. 451). As feministas norte-americanas denunciaram a violência sexual contra as mulheres desde o início dos anos 1970, sendo que dez anos depois é que esse fenômeno foi compreendido como uma área de pesquisa e uma categoria sociológica ([Bandeira](#), 2014). Apreendemos a violência sexual como uma das manifestações da violência de gênero mais cruéis e persistentes ([Ministério da Saúde](#), 2012). Este tipo aterroriza, “em especial, o imaginário das mulheres, tanto produzindo vulnerabilidades quanto promovendo uma sensação de constante insegurança” ([Ministério da Saúde](#), 2012, p. 9).

Nosso interesse, neste artigo, é focar na violência que ocorre contra as mulheres no contexto universitário. A universidade, assim como outros espaços, também tem apresentado distintas formas de violência (Bellini, 2018; Maito et al., 2019; Souza, Roso, & Souza, 2022). Almeida (2017) afirma que, no meio universitário, a desigualdade e as discriminações de gênero se recolocam constantemente e de diversas formas nas instituições de ensino superior. Podemos constatar que a violência contra as mulheres nas universidades ainda não é reconhecida como violência. Uma vez que existe uma ideia de que a universidade é um lugar de pessoas mais privilegiadas intelectualmente, espaço onde as mulheres estariam protegidas e que esse tipo de violência não existiria (Porto, 2017). No entanto, as mulheres não estão protegidas e sentem medo também no ambiente universitário. Porto (2017) indaga-se por que esse medo existe e reconhece que “a violência faz parte da vida das mulheres em todos os lugares na nossa cultura” (p. 403).

A universidade deveria ser um ambiente de liberdade e de consciência crítica frente à reprodução de todas as formas de poder (Almeida, 2017). Porém, o estudo de Zotareli et al. (2012) nos mostra que a maioria das mulheres entrevistadas admitiu ter sido submetida a algum tipo de violência na universidade. Dados semelhantes com a pesquisa de Scherer et al. (2015) confirmam a desigualdade de poder nas instituições de ensino superior e a sua relação com a ocorrência de diversas violências. Neste estudo, os autores conheceram a percepção de acadêmicas de enfermagem sobre a ocorrência de violência na universidade. As estudantes revelaram terem sofrido violência de professores e colegas, queixando-se de “cobranças, pressões, perseguições, constrangimentos, humilhações e tratamentos pejorativos por parte de professores. Já seus colegas, zombavam, ofendiam, menosprezavam e faziam intrigas” (Scherer et al., 2015, p. 74).

Refletindo sobre essas relações dentro das universidades, as autoras Goulart, Coelho e Pontes (2013) questionam-se “como entender a presença da violência nos contextos educacionais? De que forma e modos ela se faz presente nas relações entre docentes e discentes?” (p. 6). As entrevistadas do estudo de Scherer et al. (2015) relatam que a hierarquia de poder existente entre professores e alunos favorece a ocorrência de maus-tratos, como sentimentos de menos-valia e humilhação, bem como manifestaram inconformismo com atitudes constrangedoras e agressivas de alguns professores (Scherer et al., 2015).

A violência nas universidades foi por muito tempo silenciada, mas atualmente tem sido denunciada e coletivos feministas surgem para debater e exigir políticas públicas dentro das instituições (Bandeira, 2017; Rodriguez-Peñaranda, 2019; Porto, 2017). Os dados demonstram que, geralmente, as violências sofridas pelas mulheres não são reconhecidas como tais, nem por elas mesmas nem pelos homens. Isso se confirma em um estudo realizado em 2010 pela Unesco em três universidades no Afeganistão. Nas universidades pesquisadas, percebeu-se que os entrevistados não compreendiam completamente o que significava violência de gênero. Muitos davam respostas inadequadas ao termo e alguns colocaram a responsabilidade da violência de gênero nas mulheres (Gender Studies Institute, 2010). Não havendo reconhecimento e compreensão do que é a violência e de como ela se apresenta, frequentemente une-se a isso a falta de denúncias, como afirmam Aguilar et al. (2009).

Soma-se a isso o estudo de Valls et al. (2009) em que 1.083 questionários foram distribuídos e respondidos por estudantes de seis universidades espanholas. Ao serem questionados/as diretamente se conhecem alguma situação de violência de gênero na universidade, apenas 13% dos/as entrevistados/as responderam afirmativamente. Porém, quando se especificou os tipos de violência existentes (agressões físicas, violência psicológica, pressões para manter relações sexuais, receber carícias sem consentimento etc.) percebeu-se que as respostas afirmativas aumentaram para 65% dos/as estudantes que conhecem ou já haviam sofrido alguma destas situações no ambiente universitário (Valls et al., 2009).

Já no contexto brasileiro, uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon e pelo Data Popular em 2015 intitulada “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, também encontrou esse não reconhecimento da violência de gênero. Foram entrevistados/as 1.823 universitários/as de graduação e pós-graduação de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens. Um dos dados da pesquisa vai ao encontro do que foi mencionado anteriormente, uma vez que 10% das mulheres relataram espontaneamente terem sofrido violência de um homem na universidade. Entretanto, quando foram questionadas com uma lista de violências o número sobe para 67%, pois elas acabam reconhecendo que foram submetidas a muitas delas (Scavone, 2015).

Pela perspectiva dos homens entrevistados, os dados mostram que 2% deles espontaneamente admitiram ter cometido algum ato de violência contra uma mulher na universidade. Quando a lista de violências foi apresentada, 38% reconheceram ter cometido pelo menos uma delas. Esta lista de violências foi criada através de especialistas, coletivos feministas e estudantes, formando seis grupos de violências. Dentre elas, assédio sexual (cantada ofensiva, comentários com apelos sexuais), coerção (ingestão forçada de bebidas alcoólicas, ser drogada sem conhecimento), violência sexual (estupro, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar alguém), violência física (sofrer agressão física), desqualificação intelectual (desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher) e agressão moral/psicológica (humilhação por professores e alunos, ofensas, ser xingada por rejeitar investida, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas, etc.) (Scavone, 2015).

Os dados da pesquisa revelam ainda que 10% das mulheres sofreram violência física, 49% já sofreram desqualificação intelectual, 63% admitem que não reagiram quando sofreram alguma violência e 53% das mulheres já sofreram assédio sexual. A maioria das mulheres e dos homens acredita que a temática da violência contra a mulher deveria ser incluída nos currículos acadêmicos e que a universidade deveria criar mecanismos para punir os homens que cometem violência contra as mulheres na instituição (Scavone, 2015). Além disso, para além das violências já citadas, há um leque de outras situações violentas dentro do cotidiano universitário, como racismo, homofobia, transfobia, agressões nos trotes acadêmicos e mortes (Bandeira, 2017; Rosa et al., 2020).

Diante do exposto, surpreende-nos perceber que as universidades brasileiras carecem de políticas específicas para enfrentar as diversas violências que acontecem nesse espaço e o quanto não se reconhece muitos tipos de violências, o que acaba por gerar pouca efetividade nas denúncias. Através das pesquisas apresentadas, vimos que a violência acontece de maneira frequente, porém é invisibilizada. Frente às lacunas ainda existentes sobre o tema, nossa pesquisa teve como objetivo conhecer as experiências, as concepções de violência e as práticas de cuidado de profissionais da Psicologia diante de casos de violência sexual na universidade. Igualmente, analisamos as ações realizadas pela universidade no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres neste espaço.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como uma “modalidade de pesquisa compreensiva” (Rosa et al., 2007) e histórico-cultural, com ênfase no caráter construtivo-interpretativo (González-Rey, 1997; 2009). Trabalha-se com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes, opiniões (Minayo & Sanches, 1993), com o intuito de traduzir sentidos e significados. A pesquisa apresentada insere-se num projeto de pesquisa de nível superior, intitulado “Vidas precárias no cibernundo: Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos” cujo objetivo é compreender e traduzir múltiplas experiências vividas e os discursos de diferentes sujeitos e instituições relacionados a diversas formas de expressão das violências cotidianas, com o intuito de ressaltar as dinâmicas psicossociais e políticas que (in)viabilizam uma vida vivível e boa (para si e para todos). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 79231217.4.0000.5346).

Com base em um delineamento qualitativo, privilegamos para a discussão dos resultados as visões da Psicologia Social Crítica (PSC) e dos estudos feministas. A valorização e reconhecimento dos saberes comuns estão nas raízes de uma psicologia social crítica, que é uma das vertentes da Psicologia Social. Ela consiste numa versão particular da Psicologia Social, na qual os fenômenos sociais psicológicos são enraizados na vida social, contextualizados, históricos, moldados pela atividade subjetiva e ainda restringidos pela estrutura social e pelas relações de poder (Howarth, 2006). Enquanto uma “ciência do entre” em que “o lugar privilegiado do inquérito psicossocial não é nem o indivíduo nem a sociedade, mas precisamente aquela zona nebulosa e híbrida que comporta as relações entre os dois” (Jovchelovitch, 2008, p. 21).

Em sintonia com a PSC, encontram-se as epistemologias feministas, as quais entendem que as mulheres têm vivências diferenciadas dos homens, tanto em termos econômicos, culturais e sociais e que suas experiências costumam situar-se às margens, desvalorizadas e subestimadas. Elas têm buscado novas linguagens e fabricado contradiscursos que tentam inovar modos de viver que produzam relações mais justas tanto para as mulheres como para os homens. A categoria de análise principal das feministas é gênero, entendido, a partir de Butler (2015), como um “processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que ‘fazemos’, e não algo que ‘somos’” (apud Salih, 2015, p. 67).

Utilizamos como técnicas para a construção das informações entrevistas semiestruturadas, notas de diário de campo e a técnica de Associação Livre de Palavras (ALP). As entrevistas semiestruturadas são entendidas como uma interação, na qual diversas percepções e realidades são exploradas (Gaskell, 2002). Foi formulado um roteiro de questões sobre violência com base na literatura e na experiência das pesquisadoras sobre o tema. Com as entrevistas visamos que o/a entrevistado/a falasse livremente por meio de um processo de interação e troca de ideias. Elas foram realizadas na Universidade Federal de Santa Maria em local específico escolhido pelo/a entrevistado/a. Os/as entrevistados/as foram escolhidos/as de acordo com os seguintes critérios de inclusão: (a) estar vinculado/a à Universidade Federal de Santa Maria (b) ser maior de idade, (c) ter tido alguma experiência com acolhimento e/ou assistência com casos de violência sexual contra mulheres no campus e (d) consentir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Configurou-se como critérios de exclusão (a) sujeitos que não se sintam à vontade para conversar sobre o tema da pesquisa e (b) pessoas que não falem idioma compreensível plenamente pelas pesquisadoras ou pessoas que tenham características físicas (condições de saúde física) ou psicossociais (condições de saúde mental) que impossibilitem a comunicação verbal. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra.

A partir do primeiro contato, criamos uma cadeia de informantes (*chain referral*), escolhendo novos/as participantes a partir da indicação daqueles que já participaram do estudo (Hudelson, 1994; Katz, 2006). Ou seja, o/a primeiro/a participante é escolhido/a com base nos contatos dos/as pesquisadores/as e que preencha os critérios de inclusão e este/a indica um/a participante em potencial. Contamos, desse modo, com nosso próprio julgamento para encontrar informantes que pudessem trazer os elementos que estávamos interessadas em pesquisar (Bernard, 1994). A indicação não garantiu a inclusão, pois a mesma foi avaliada pela equipe de pesquisa.

Para este artigo, apresentamos e discutimos o conteúdo de três entrevistas realizadas com pessoas que se envolveram na assistência e no apoio a uma universitária que sofreu violência sexual na Universidade Federal de Santa Maria, dentro da Casa do Estudante Universitário (CEU). Foram duas mulheres (estagiária de psicologia e psicóloga) e um homem (psicólogo e professor universitário), brancos/as, vinculados/as à

Universidade Federal de Santa Maria, os quais foram nomeados como Participante 1, 2 e 3. É importante salientar que quando entramos em contato com os/as participantes em potencial, não estávamos interessadas em saber especificamente sobre o caso de violência ocorrido, embora ele tenha sido relatado em todas as entrevistas. Nossa intenção foi tentar compreender de que forma essas pessoas que estão prestando atendimento estão pensando sobre a violência de maneira geral e quais suas experiências dentro do ambiente universitário.

Realizamos um encontro com cada entrevistado/a, iniciando a entrevista com explicações sobre os objetivos da pesquisa e estabelecendo o *rapport*, ou seja, uma relação de segurança e confiança (Gaskell, 2002). Em um primeiro momento, solicitamos que o/a participante preenchesse informações relativas ao perfil psicossocial e econômico e ao final das perguntas da entrevista, o/a convidamos para participar da técnica de Associação Livre de Palavras (ALP). A ALP pode “auxiliar nos processos que favorecem a revelação de desejos fundamentais, elementos de conflitos, momentos significativos da história de vida e as representações sociais relacionadas a objetos e fenômenos” (Neves et al., 2014, p. 75). Por meio de induções, consegue captar e receber informações, aparentemente ocultas ou não, e que, através de uma resposta associativa a uma imagem ou a uma palavra é possível revelar as opiniões, os pensamentos, as personalidades (Neves et al., 2014). Com essa atividade tivemos a intenção de que os/as entrevistados/as navegassem livremente sobre palavras ditas pela entrevistadora sem que houvesse um rumo certo a se chegar. Essa atividade pretendia contribuir para o adensamento na reflexão sobre violências e aprofundar a compreensão sobre o/a entrevistado/a e suas concepções.

No diário de campo, enquanto uma “memória externa” (Holly & Altrichter, 2015, p. 79), registramos conversas corriqueiras, pensamentos, sentimentos, afetos, tensões, interações, redes estabelecidas, empreendendo desde o início da pesquisa uma escrita implicada. Observamos interações familiares e pessoais, interações intracomunidade e extracomunidade, cerimônias, lugares e objetos, que são registradas no diário de campo. Escrevemos e desenhmos aspectos objetivos, como aparência do local, imagens vistas, comportamento, tradições, etc., até elementos subjetivos, como as emoções do/a pesquisador/a, preconceitos, valores, etc. (Roso et al., 2011).

Para a análise das informações obtidas, utilizamos a análise de conteúdo temática (Gomes, 2009). Deste modo, “ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social” (Gomes, 2009, p. 80). Inicialmente foi realizada uma leitura aprofundada de todo o material selecionado, com a intenção de ter visão de conjunto e também iniciar uma categorização inicial. Posteriormente, fizemos a exploração do material buscando criar temáticas ampliadas para discussão e articulação com nossas perspectivas teóricas, tomando como base a Psicologia Social Crítica e os estudos feministas. Elencamos dois eixos de análise para serem apresentados: “A violência na universidade e as ações de enfrentamento” e “A violência de gênero e o atendimento em Psicologia”.

Resultados e Discussão

A Violência na Universidade e as Ações de Enfrentamento

Os/as participantes entrevistados/as se envolveram na assistência a uma universitária que sofreu violência sexual na Casa do Estudante Universitário. Ao serem questionados/as sobre o caso, seu atendimento e seus encaminhamentos, podemos perceber que as falas mostram dificuldades dentro da universidade para lidar com situações como essa:

É difícil falar exatamente da situação, porque até foi surpreendente pra gente o quanto tomou uma dimensão de que muita gente sabia falar sobre o assunto, mas na hora de atuar, muitos órgãos, atores se desresponsabilizaram em atuar na situação [...] a questão é que chegou já sendo dito que outros órgãos já se isentaram disso dizendo que não poderiam intervir nessa situação. Então, principalmente por isso, pela queixa ter sido de que ‘já fui em outros lugares, não fui acolhida’, a gente não quis repetir isso, de ser mais um espaço na instituição que iria fechar os olhos pra tal questão. (Participante 1)

Poucos os recursos que a gente tem, os serviços que acolhem. Agora, pensando especificamente nesse caso, como essa menina ficou ‘pipocando’ de um serviço pro outro [...] e quanto aos encaminhamentos que foram feitos, foram feitos tais encaminhamentos porque, por falta de recurso na cidade mesmo, porque parece que

falta um serviço especializado, falta pessoas capacitadas pra acolher essas mulheres. (Participante 2)

As participantes relatam que não existem serviços específicos para essas questões dentro da universidade. Ao mesmo tempo, trazem que os serviços existentes não estão atendendo as demandas de maneira eficaz. Uma contradição que pode ser identificada na fala delas “não existem/os serviços existentes”, mas que também pode significar o reconhecimento de que não basta apenas um serviço que atenda casos de violência, mas é preciso uma estrutura eficiente. Sobre os serviços que são disponibilizados na cidade de Santa Maria (RS), temos uma equipe que atua no atendimento à violência sexual no Hospital Universitário e uma Delegacia Especializada para Atendimento à Mulher (DEAM). Já no âmbito da universidade, há serviços de atendimento e cuidado voltados para os discentes. No entanto, no momento da realização da pesquisa, não havia um serviço específico ou de referência para atender casos de violências. Assim, conforme os relatos dos/as participantes, a estudante que sofreu violência sexual não sabia onde buscar ajuda, o que remete ao não conhecimento de seus direitos e ao não comprometimento da universidade em contribuir no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Dois participantes relataram que foi a primeira vez que haviam se deparado com violência contra mulheres na universidade ao ter contato com o caso: “no campus especificamente é a primeira vez, porque eu não estava tão ligada à universidade na minha trajetória profissional [...] então, especificamente violência nesse âmbito foi uma primeira situação que eu vivenciei” (Participante 1). O participante 3 relata “foi o caso mais importante no qual eu tive uma participação” e quando questionado se sabia de algum outro caso durante sua trajetória dentro da universidade a resposta foi negativa.

Embora para a participante 1 esta tenha sido a primeira vez que teve um envolvimento com um caso, ela refere que quando estava na graduação ficava sabendo de situações através de outras pessoas,

é um assunto sempre muito velado [...] enfim, por ser mulher a gente tá muito mais suscetível a isso [...] se compartilhava algumas situações de viver, talvez não tão de violência, mas de assédio, daquelas questões ainda que não se tem um nome.

Enfim, situações que a gente notava que tinham alguma conotação nesse sentido. (Participante 1)

Quando ela refere que as situações não eram “tão de violência, mas de assédio” denota-se aqui um possível não reconhecimento de assédio como uma das formas de violência sexual, ou uma atenuação no sentido da violência, violência apenas como violência física. O assédio sexual, no contexto universitário, pode ser reconhecido por meio de comentários com apelos sexuais indesejados, cantada ofensiva e abordagem agressiva (Scavone, 2015). Valls et al. (2009) percebem que os/as estudantes apresentam dificuldades para reconhecer a violência de gênero dentro da universidade, indo ao encontro do que afirma Almeida (2017) sobre a difícil identificação das violências, já que elas não estão claras nem para quem sofre nem para quem as comete.

A narrativa da participante 2 se diferencia dos outros dois participantes, no que tange à visibilidade da violência no campus, uma vez que ela relata:

Quantos casos de abusos que a gente ouve que acontece em festas da universidade, por exemplo, né? [...] agora eu lembrei da última festa que teve [...] que um dia depois na página da festa, teve muitos relatos de meninas falando de como foi difícil, de como foram muito assediadas, então, não sei, parece que é uma questão que não aparece muito dentro da sala de aula, mas que rola solta pelo campus. (Participante 2)

Segundo ela, sempre ouviu falar sobre casos de violência dentro da universidade,

sempre ouvi falar, mas não talvez com a seriedade que precisaria dar pra esses casos [...] eu fiquei sabendo de vários na verdade [...] de meninas que estavam sendo olhadas enquanto tomavam banho e pessoas que vinham e abriam a porta, por exemplo. Então, se tem muita notícia de casos, [...] só que nada formal, muito no boca a boca, quanto a encaminhamentos e medidas tomadas, isso se tem poucas notícias. (Participante 2)

Nossas notas de diário de campo também indicam que circulam e são divulgadas narrativas sobre as violências ocorridas na universidade:

R. me relatou que uma colega havia contado para ela que O. havia sido abusada na festa de um bar. Ela havia ingerido bebida alcoólica e acabou dormindo no banco da entrada do bar. Vários estudantes abusaram dela enquanto ela dormia. Perguntei a R. se as meninas não tinham feito nada, se deixaram isso acontecer. Respondeu que mais no final da noite uma colega a tirou de lá e a levou para casa. (Notas de Diário de Campo)

Os dados trazidos na página da Ouvidoria da Universidade indicam que existem denúncias referentes a assédio moral e sexual. Desde 2012, a Ouvidoria tem levantado os números relativos a esses casos e a outros tipos de manifestações, elogios, sugestões. Os números mostram que em 2018 foram 18 casos de assédio sexual e 78 casos de assédio moral. Já em 2019, os números se mantêm semelhantes ao ano anterior, com 16 denúncias de assédio sexual e 83 de assédio moral. Em 2020, ano em que teve início a pandemia de Covid-19 no Brasil, foram denunciados 4 casos de assédio sexual e 9 de assédio moral¹. Por mais que muitos casos não sejam denunciados, não sendo, portanto, contabilizados, esses dados nos mostram que existem casos de violência na instituição e que há um local específico para se dirigir quando for necessário realizar uma denúncia.

Os relatos das/os participantes sobre esse caso de violência sexual parecem demonstrar que a universidade não apresenta um posicionamento quanto ao que deve ser feito, para onde devem ser os encaminhamentos quando isso ocorre dentro da instituição. Podemos perceber isso na resposta de uma das participantes:

O quanto não se tá em discussão dentro da instituição, posicionamento da instituição frente a essas situações. A gente se preocupa de que parece que ainda não se tem essa visão de que é responsabilidade da instituição e que se deve fazer com que isso se torne uma ação, uma política pública da universidade frente a essas questões, parece que isso tá sendo pensado ainda, mas parece que já devia tá em tempo, não esperar acontecer, pra que isso seja pensado. (Participante 1)

¹ Dados obtidos em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html?categoria=700>

Os dados mostram que aparentemente não há uma definição clara para as pessoas que prestam atendimento, assim como para os discentes, quais serviços devem ser procurados em caso de violência no campus. A participante 2 exemplifica isso, *"mas chega lá e não, não é aqui, aí chega no outro, não é aqui, então onde que é? onde que a gente vai discutir isso? onde é que... pra onde essas pessoas vão ser encaminhadas de fato"*. A fala da participante 2 vai ao encontro da pesquisa realizada por [Valls et al. \(2009\)](#), já que 92% das pessoas que foram entrevistadas não tinham conhecimento se a universidade tinha algum serviço específico que pudessem recorrer em caso de sofrer alguma violência. E, ainda, a maioria dos/as estudantes considera que deveriam ser criados serviços para esse fim, além de perceberem a importância de uma maior reflexão sobre violência de gênero dentro da universidade ([Valls et al., 2009](#)).

O estudo de [Aguilar et al. \(2009\)](#) aponta diversos exemplos de medidas tomadas pelas universidades norte-americanas para lidar com as situações que acontecem no campus universitário. A pesquisa descreve serviços de atenção em casos de violência de gênero, como telefones para urgências para assessorar quem sofreu violência, sobre como entrar em contato com a polícia, serviço hospitalar, centros de atenção médica com uma parte específica para atendimento, além da existência de tutores que informam os recursos que a universidade oferece e serviços de terapia psicológica individual e grupal ([Aguilar et al., 2009](#)). É necessário que existam intervenções para coibir a violência no campus através de leis, apoiando os/as sobreviventes com serviços especializados, assim como propiciar discussões acerca da violência contra as mulheres nos processos de formação acadêmica, com apoio de pesquisas e estudos ([Porto, 2017](#)).

O participante 3 relatou sobre a importância de um serviço que seja especializado para o atendimento de violência, segundo ele *"se poderia pensar em um serviço que seja atendido por mulheres [...] um protocolo de atendimento... deveria ser escrito, formal"*.

Essa concepção de haver um protocolo para atendimento é trazido na pesquisa de [Hernández \(2015\)](#), uma vez que 50% das mulheres entrevistadas acreditam que essa seja uma forma de prevenção. Outras categorias de prevenção citadas se referem a sensibilizar a comunidade acadêmica mediante a organização de atividades - campanhas, jornadas, oficinas, debates, seminários - criar oficinas para apoio e atenção às pessoas em situação de violência, investigar os casos e implantar disciplinas acadêmicas que tratem sobre o assunto ([Hernández, 2015](#)). No caso de haver um protocolo para atendimento, o qual poderá deixar os/as profissionais mais seguros para realizar atendimentos, somente ele não solucionará todos os problemas. Diante disso, entendemos que são necessárias diversas formas de prevenção que atuem conjuntamente.

A ausência de protocolos na instituição revela pouco investimento em um serviço especializado ou na elaboração de um fluxo específico para casos de violência na universidade, bem como sua relação com questões de gênero, especialmente sobre os temas relacionados às mulheres que são frequentemente invisibilizados. Além disso, a não existência de protocolos e fluxogramas estabelecidos institucionalmente dificulta a atuação dos profissionais, os quais agem de forma individual, por meio de uma percepção pessoal, não estando de acordo com uma posição institucional.

Buscamos compreender quem os/as participantes acreditavam que está mais exposto/a à violência nesse ambiente, e foi possível identificar que há consciência da vulnerabilidade das estudantes, mas também existe a percepção de que as servidoras da universidade estão em risco:

Eu acho que em geral a mulher, tanto servidora... tanto estudante, tanto professora, mas acredito que de alguma maneira o estudante. Até pela questão de segurança dentro do campus, algumas coisas que a gente vem ouvindo da organização da casa do estudante, do quanto se poderia ter uma estrutura que

oferecesse uma segurança maior, mas eu acho que em geral a mulher tá sempre mais vulnerável nesse sentido. (Participante 1)

As estudantes... as estudantes e... fico pensando nesse recorte racial também porque [...] se eu tivesse que construir uma categoria bem específica seria as estudantes de baixa renda... negras. (Participante 2)

S. me contou que foi assediada pelo seu chefe mais de uma vez, mas que nunca tinha denunciado. Agora se protegia deixando a porta sempre aberta. Disse que era muito mais difícil para elas (secretárias) fazerem a denúncia, pois tinham medo das consequências. Questionei por que pensava assim e respondeu que não confiava na ouvidoria. (Notas de Diário de Campo)

M. relatou suas vivências em relação aos assédios de um professor. Este constantemente enviava mensagens de cunho sexual em uma de suas redes sociais. Com muita dificuldade e vergonha, ela decidiu escrever um relato e enviar uma denúncia na ouvidoria. No entanto, sabia que isso não resultaria em nada, pois o professor já havia sido denunciado por assediar outras alunas. (Notas de Diário de Campo)

A pesquisa de [Zotareli et al. \(2012\)](#) mostra que a maioria das estudantes que respondeu ao questionário declarou ter sofrido algum tipo de violência (física, emocional e/ou sexual) desde a sua entrada na universidade. O estudo de [Moreno-Cubillos, Sepúlveda-Gallego e Restrepo-Rendón \(2013\)](#) também confirma esses dados sobre uma exposição maior das estudantes diante da violência. Nessa pesquisa, fizeram referência a pelo menos um ato de discriminação ou violência durante a vida universitária, 67,7% das estudantes, 53,8% das funcionárias e 53,7% das professoras. As autoras concluem que as estudantes estão mais expostas às violências, principalmente se for de raça negra, o que vai ao encontro do relato da participante 2.

A existência de medidas nas universidades contribuirá para que se construa um ambiente em que as violências possam ser reconhecidas, se favoreça a realização de denúncias e para que se alcance a erradicação da violência ([Aguilar et al., 2009](#); [Maito et al., 2019](#)). Para buscar uma erradicação e uma tolerância zero para a violência de gênero precisamos priorizar uma educação e uma formação que propicie reflexões e que implique todas as pessoas envolvidas com a instituição ([Hernández, 2015](#)).

Assim, a universidade fará jus ao que ela se propõe que é formar profissionais éticos diante do mundo, assim como refere a participante 2, diante da palavra “universidade” na ALP, a qual significa “abertura de horizontes, aumento de perspectivas”.

Conforme os relatos dos/as entrevistados/as, no caso específico em que estiveram envolvidos/as foi possível perceber que a universidade ainda não apresenta medidas eficazes para dar assistência a casos de violência. Porém, a participante 1 trouxe que a instituição, nos últimos anos, tem começado a se sensibilizar com o assunto,

acho que tá se construindo [...] principalmente os grupos de reflexão, rodas de conversa [...] eu tenho notícias de mulheres que estão se mobilizando, se organizando, se juntando em grupos pra achar formas de se proteger, de criar mecanismos de segurança, ou até formas de agir contra, de prevenção, de promoção de alguma ação. Os grupos que eu sei são nesse sentido assim. Quanto à política que parta da instituição, eu ainda não tenho notícias de alguma ação efetiva, assim que vários lugares estão pensando, principalmente pelo caso que aconteceu, se tem um grupo também de discussão sobre políticas de gênero dentro da universidade, que eu acho que esse, sim, tem propostas de política pública, efetiva e pensada, com fluxo de atendimento nessas situações, mas acho que tá muito iniciando ainda. (Participante 1)

Com relação à perspectiva de mobilização entre mulheres e o que se compreende sobre essa categoria, indagamos os/as participantes na ALP, em relação à palavra “mulher”. O participante 1 reage com “respeito”, já as participantes 2 e 3 apresentam convergências em seus discursos, pois ambas remetem à ideia de união e companheirismo entre as mulheres e à importância disso atualmente. A participante 2 relata “*me vem [...] várias figuras de várias mulheres [...] de todos os tipos, idades e cores [...] diversidade, me vem produção [...] uma certa condição de que se crie algo novo, delas juntas, de um companheirismo*”. Além disso, quando se depara com a palavra “mulher”, a participante 1 refere:

Me veio a palavra luta [...] eu acho que principalmente a mobilização entre as mulheres faz toda a diferença, de que se unam, como coletivo [...] pra dizer não, a gente não aceita [...] parece que não consegue se posicionar de outra forma [...] senão com o apoio de outros e principalmente de outras mulheres. (Participante 1)

Quando questionados/as sobre como a universidade deveria agir, quais estratégias deveria utilizar para a prevenção de casos de violência, as participantes relatam:

Acho que mais campanhas de conscientização, porque mesmo que seja um tema que tá sendo muito discutido, que tá gerando discussões, acho que falta muita informação pras pessoas. E, além disso, acho que ter uma campanha firme de notificar esses casos, de identificar os casos e os agressores, de fazer essas denúncias porque até que fica no campo do discurso é difícil fazer alguma coisa de fato, porque vejo que todo mundo fala, mas ninguém faz nada. Então, acho que só vai mudar de fato quando as pessoas virem os efeitos, 'ah não, aconteceu tal caso e a pessoa tá lá, tá respondendo por isso', [...] e não tô só falando de violência sexual. (Participante 2)

Eu acho que só de colocar isso em conversa, em discussão, enfim chegou o caso, mas como evitar que isso chegue a acontecer e aí eu acho que é a questão de tensionar alguns discursos. Não tem como senão pela via da conversa [...] eu não gosto muito do termo sensibilização, mas acho que, às vezes, o efeito desse sentido assim [...], mas de pensar acho que muito nessa iniciativa desse grupo de ação, pensar institucionalmente o que criar pra prevenir, acho que o essencial é isso, mas não só discutir por discutir, mas de pensar ações. (Participante 1)

A participante 1 traz a importância de se pensar ações para prevenir e também refletir sobre a violência na universidade. A Universidade Federal de Santa Maria tem se preocupado com o tema, já que tem se mobilizado sobre a discussão de diferentes violências no contexto acadêmico. Podemos perceber isso por meio de publicações no site da instituição, sobre assédio moral e sexual, campanhas no início de cada semestre intitulada "Trote Sem Assédio", postagens informativas na página do Facebook e do Instagram sobre como denunciar e onde buscar ajuda na instituição, bem como a realização de rodas de conversa com a comunidade acadêmica.

Além disso, uma Comissão institucional formada por professoras, técnico-administrativas e representantes das estudantes tem trazido à tona uma discussão sobre a implementação de uma Política de Gênero na universidade desde 2017. Esta comissão, ao longo dos anos, realizou encontros para debater sobre as políticas existentes em outras instituições, sobre

os dados estatísticos que a Universidade apresenta, além de propor pesquisas sobre o tema. Esta comissão propôs a criação de uma Política de Igualdade de Gênero na Universidade, por meio de uma resolução², a qual foi regulamentada em 2021 e prevê a criação de um espaço específico para acolhimento de pessoas que sofrem violência. Além disso, a política está dividida em três eixos: Promoção da Igualdade de Gênero, Enfrentamento e Responsabilização em Casos de Violência e Assistência.

A Violência de Gênero e o Atendimento em Psicologia

Os resultados demonstram que os/as participantes desta pesquisa se envolveram de diferentes maneiras no atendimento de um caso de violência sexual na universidade estudada, tanto por meio de atendimentos psicológicos prestados, quanto por meio de orientação e supervisão do caso. Pelos relatos dos participantes, podemos perceber de que maneira cada um/a se envolveu no que concerne ao suporte à pessoa que vivenciou a situação de violência, "como suporte, sempre a minha preocupação era a estagiária" (Participante 3), "desde quando ela ingressou no serviço, eu acompanhei, acompanhei as consultas, acompanhei agora pro serviço que ela tá sendo encaminhada também e aí agora a gente vai fazer uma desvinculação, mas sigo atendendo" (Participante 2) e ainda a participante 1:

É que chegou já sendo dito que outros órgãos já se isentaram disso dizendo que não poderiam intervir nessa situação, então principalmente por isso, pela queixa ter sido de que 'já fui em outros lugares, não fui acolhida', a gente não quis repetir isso, de ser mais um espaço na instituição, que iria fechar os olhos para tal questão.

Os dados mostram que a violência, de uma maneira geral, não é um tema de fácil discussão, uma vez que ela pode ser entendida de diversas maneiras, ter diferentes classificações e cada sujeito compreendê-la a seu próprio modo a partir de suas vivências. Quando os/as participantes foram questionados/as sobre a violência e como reconhecê-la, suas falas foram "tem muitas coisas que eu enxergo como violentas, mas que a pessoa que tá na situação que seria a vítima não reconhece como uma situação violenta [...] é difícil falar do que que é violência" (Participante 2),

² Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-ufsm-n-064-2021/>

às vezes é muito difícil tu identificar logo de cara [...] fatos e situações tradicionais em que não tá velada, mas ao mesmo tempo como tá mascarado pra própria pessoa que é vítima, não consegue enxergar aquilo como uma situação de violência então. [...] nos discursos aparece muito velado, às vezes não identificado como uma violência. (Participante 1)

Você pode reconhecer que a pessoa sofreu alguma violência, seja uma mulher ou um homem ou uma criança, pela maneira de falar [...] marca de violência física e pode também acontecer que a pessoa esteja num mutismo, que ela não consiga falar do que aconteceu. (Participante 3)

Nos relatos apresentados, podemos perceber a complexidade de reconhecer uma situação violenta. Nos indagamos, assim, por que é tão difícil falar sobre violência. Estamos constantemente em contato com esse assunto através de relatos, de notícias na televisão e na internet, por isso acabamos por não dar a devida atenção para esse fenômeno, tornando-o naturalizado, banalizado (Arendt, 1994). Ao nos acostumarmos e acomodarmos com a violência, anulamos o estranhamento diante dos fatos, restringindo nossas capacidades de exercitar a compreensão e de pensar criticamente sobre o assunto, em decorrência disso não sabemos exatamente o que é a violência e de que forma podemos reconhecê-la.

Quando questionados/as sobre os tipos de violência que têm conhecimento, os relatos se apresentam de diversas formas, trazendo aspectos mais específicos, *“os tipos... física, psicológica, sexual... étnica, racial, todas as discriminações possíveis, de todas as minorias”* (Participante 1). E ainda entendimentos mais abrangentes como *“dá pra pensar em tantas, desde violência envolvendo questões de gênero, violências... envolvendo questão de racismo, preconceito”* (Participante 2). Saffioti (2004) entende a violência como a ruptura de qualquer forma de integridade, seja ela física, psíquica, sexual e moral. Podemos acrescentar ao entendimento desta autora os escritos da Lei Maria da Penha. Esta divide a violência em física, psicológica, sexual e moral, e traz ainda a violência patrimonial (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, 2006). Podemos destacar que todos/as os/as participantes tinham conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, no entanto a participante 2 refere que seria necessário que ela fosse mais divulgada e estudada no contexto da graduação.

Diante dos tipos de violência que os/as participantes tinham conhecimento, sobretudo sobre violência sexual, a qual se relaciona ao caso atendido na universidade pelos entrevistados/as, a narrativa de uma participante, no momento em que respondeu a ALP, quando questionada sobre a palavra “estupro”, considerando aqui que o estupro é uma das maneiras que a violência sexual se apresenta, relatou:

Talvez uma das formas de violência mais cruéis [...] não consigo [...] não pensar na posição da mulher frente a isso, acho que a que tá mais vulnerável, não só, mas principalmente, estatisticamente e o quanto talvez seja a forma de violência que nos deixa mais paralisada, mais sem condições. (Participante 1)

As reações diante da palavra “estupro” dos outros participantes são semelhantes ao relato da participante 1. Já que para a participante 2 a palavra evocada foi “medo” e para o participante 3 foi “insuportável”. Quando questionamos nossos/as participantes quanto ao que entendem sobre violência sexual e qual o significado dela para eles/as, percebemos que os relatos se assemelham já que a participante 1 diz *“ação, ato que viole [...] o corpo ou a crença sobre sexualidade que a pessoa tem, acho que também é muito subjetivo”* e a participante 2 relata *“qualquer ato forçado que envolva essa dimensão da sexualidade”*. Essas falas vão ao encontro da definição de violência sexual escrito pelo Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, que a entende como qualquer ato ou tentativa de ato sexual, além de comentários e investidas sexuais indesejados, direcionados à sexualidade de uma pessoa, em qualquer contexto (WHO, 2002).

É visível também a noção de consentimento, o que pode ser exemplificado pela fala do participante 3, *“qualquer atitude que não implique consentimento, pode ser uma fala, pode ser um gesto, pode ser um gesto obscuro, pode ser ações de agarrar ou de forçar, mas basicamente eu diria que o que caracterizaria essa violência é o não consentimento de qualquer ordem”*. A discussão sobre o não consentimento também está presente em uma pesquisa realizada no Brasil em 2016, sobre violência sexual contra as mulheres. As respostas à pergunta “Na sua opinião, o que é violência sexual?” foram, na sua maioria, estupro e sexo sem autorização. Além de terem outras categorias, como contato corporal sem autorização, desrespeito,

ameaça, assédio, beijar à força e tudo que seja sem autorização (Agência Patrícia Galvão, 2016). Ao entender que para a maioria das pessoas violência sexual constitui-se em estupro, ou seja, no ato de penetração em si, muitas outras formas não são reconhecidas. A resposta diante da palavra “violência sexual” na ALP da participante 1 demonstra isso, “talvez esteja banalizado [...] no sentido de que algumas formas de violência sexual são colocadas como aceitáveis [...] não legitimadas como violência [...] o quanto tem que se questionar sobre isso”.

A legislação brasileira teve alterações no que diz respeito ao seu entendimento sobre o estupro. A Lei nº 12.015 de 2009 modificou a antiga definição de estupro, que ainda era estabelecida pelo Código Penal de 1940. A nova lei entende o estupro como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos” (Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, 2009). Esta é considerada a descrição legal do estupro, compreendendo que quando se refere a “alguém” tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de estupro, mediante violência (física) ou grave ameaça (psicológica). E ainda entendendo a conjunção carnal como penetração do pênis na vagina ou qualquer ato libidinoso como penetração anal ou oral (Ministério da Saúde, 2012).

A participante 1 traz alguns questionamentos acerca do que é entendido como violência na legislação ou na literatura, uma vez que acredita que deve ser levado em conta o que aquela violência significa para a pessoa que está vivenciando-a. Seu relato descreve isso:

Porque tem aquela coisa do que é discriminado nos livros, na lei, mas o quanto às vezes pra ti é uma violência, mas pra mim não é ou as situações mesmo da crença pessoal [...] acho que é importante a gente ter essa visão também de que o que tá no manual discriminado como violência, ou determinada ali na lei, na letra, de repente, não é o que uma pessoa tá vivenciando como uma violência. Então, acho que a gente ter essa crença, esse posicionamento subjetivo de cada um. (Participante 1)

Já no relato da participante 2, quando respondeu a ALP diante da expressão “violência sexual”, trouxe alguns aspectos sobre as possíveis consequências

desta, “medo, impositiva, algo que marca o sujeito, que vai ter consequências e não se sabe quais, isso com certeza vai ter consequências, é algo que a gente precisa discutir, que a gente precisa trabalhar”. A violência sexual contra as mulheres acarreta um grande impacto na vida produtiva, na saúde psíquica e física, com o risco de Infecções Sexualmente Transmissíveis e gravidez indesejada. Muitas mulheres em situação de violência vivenciam “situações de medo, pânico, baixa autoestima, perda da autonomia e, muitas vezes, fragilidade emocional, que abrem margem para quadros clínicos como depressão, síndrome do pânico, entre outros” (Ministério da Saúde, 2012, p. 29).

No estudo de Netto et al. (2014), as participantes da pesquisa relataram diversas consequências pessoais devido à violência. Ao entrevistar 16 mulheres que sofreram violência, os autores documentaram que estas sofreram com solidão, estresse, tristeza, baixa autoestima, incapacidade, impotência, ódio, etc. Dessa maneira, é importante entendermos quais são as consequências de uma violência e de que forma podemos prestar atendimento a quem sofre. Com a intenção de pensarmos sobre o trabalho da Psicologia nesses casos, perguntamos aos participantes da pesquisa como eles/as acreditam que devem ocorrer os atendimentos:

É difícil, porque um pouco me parece que é muito fácil repetir uma violência, de tu chegar e investigar, ou de talvez até mesmo impor pra pessoa que ela tem que, sim, denunciar, [...] de tá ali realmente pra escutar [...] não impor a minha vontade sobre, sobre o que acontecesse, [...] é difícil porque tu fica meio chocada quando tu escuta uma coisa dessas, meio que sem reação [...] é um relato que te impõe também um certo sentimento que tu não sabe bem o que fazer com ele. (Participante 2)

Eventualmente se poderia pensar em um serviço que seja atendido por mulheres, com disponibilidade de conversa, enfim de tentar apoiá-la [...] no caso de mulheres que passaram por situações de violência, teria que haver também um convencimento de que a pessoa tem que reagir, denunciar [...] mas eu acho que são situações extremamente graves e delicadas, então tem que haver muito tato, muita serenidade de quem tá atendendo essa situação e de repente ter um protocolo [...] deveria ser escrito, formal e não algo que dependa do estado de ânimo do atendente, então algo que deve ser seguido, mas teria que escrever esse protocolo, isso podia ajudar. (Participante 3)

Está envolvida a questão ética, de que momento isso tem que ser revelado, trabalho com quem tu tá escutando, de desejo de que se revele, se denuncie [...] pessoas que sofrem violência que já chegam com essa intenção de denunciar e outras que não é tanto, tem toda questão de mobilização que isso envolve, estão com receio, com medo das consequências disso. Então, acho que a primeira questão é a gente pensar eticamente, o que tá envolvido aí, pensando um pouco pela questão de saúde a gente tem, a questão da orientação, da consequência disso. (Participante 1)

Nas respostas apresentadas, podemos perceber que a participante 2 acredita que se deve deixar a pessoa livre e não impor que ela denuncie. Já a participante 3 pensa que deve haver um trabalho de “convencimento” para a denúncia. A denúncia é um tema muito importante para a área da Psicologia e esta pesquisa revela que não há um consenso no serviço estudado sobre a posição que o/a psicólogo/a deve adotar em termos de denúncia. Isso revela como a ausência de um serviço preparado para acolher esse tipo de situação leva os profissionais a adotarem atitudes mais individuais, baseadas no que pensam e acreditam. Torna-se pertinente ter um tipo de resposta ao problema mais institucional, e não pessoal. Pode-se refletir sobre debates institucionais e entre a equipe de profissionais para entender qual a melhor forma de agir em termos de denúncia - sempre pensando na pessoa que sofreu a violência como o centro da atenção, com vistas a lhe ofertar o suporte mais adequado.

Além das perguntas na entrevista, indagamos os/as participantes sobre a palavra “Psicologia” na ALP, a reação do participante 3 foi “muito fragmentada”. Essa sensação de ser fragmentada relaciona-se com as impressões da participante 1 que constata que há uma divisão entre o individual e o social que se perpetua no campo da Psicologia, embora ela perceba que algumas mudanças estão acontecendo. Ela relata a necessidade de um posicionamento crítico da psicologia “frente a algumas situações [...] o quanto a gente tinha [...] um posicionamento mais voltado pro individual, menos reflexivo frente a essas questões sociais [...] é importante que desde o início se mobilize pensar sobre as questões do social” (Participante 1). Já a participante 2 reflete sobre o compromisso ético do/a profissional da Psicologia e o quanto a atuação pode ir de um extremo ao

outro, de um lado o/a profissional pode ser ético/a na escuta e nos atendimentos, mas por outro lado também pode ser violento/a. Podemos destacar outras impressões “acho que a minha visão de psicologia passa muito pela minha visão de mundo também, o que eu posso nesse mundo, o que eu não posso, que mundo eu quero, né?” (Participante 2).

Para realizar atendimentos a mulheres que sofreram algum tipo de violência, é necessário que o/a profissional da Psicologia tenha conhecimento das referências técnicas sobre o assunto, entenda a importância do acolhimento e do fluxo da rede de cuidados, compreenda as legislações, encaminhamentos e notificações. Como orienta o [Conselho Federal de Psicologia](#) (2012), todas as formas de atuação devem ser orientadas “pelo fortalecimento do protagonismo das mulheres e pelo entendimento multidimensional da violência, como produto das relações desiguais legitimadas e produzidas nas diferentes sociedades” (p. 77). Portanto, cabe à Psicologia uma intervenção para minimizar o sofrimento psíquico de mulheres em situação de violência, como refere [Porto](#) (2017). Esta mesma autora nos alerta ainda que a Psicologia deve

assumir essa discussão nas universidades, nos espaços de ensino, pesquisa e extensão [...]. O debate sobre as consequências da violência contra as mulheres na saúde física e mental e a necessidade de contextualizar o sofrimento psíquico de mulheres se faz urgente. Desnaturalizar papéis e referências, por séculos entendidos como naturais, é um desafio, pois são esses modelos que limitam as possibilidades das mulheres, enquadrando-as em sintomas psicopatológicos e contribuindo para a manutenção de um contexto favorável à violência contra as mulheres, inclusive no ambiente universitário. (Porto, 2017, p. 409).

Diante disso, é necessário que haja uma sensibilização de todos/as aqueles/as que prestam atendimento em casos de violência contra as mulheres, independente da área de atuação. Uma vez que a atenção a situações de violência requer uma abordagem multiprofissional e intersetorial, com uma articulação de questões sobre direitos humanos, segurança pública e justiça ([Ministério da Saúde](#), 2012). Além disso, é importante uma compreensão sobre a dificuldade que existe para as mulheres em situação de violência em realizar a denúncia desse tipo de crime, assunto

trazido em todos os relatos dos/as participantes desta pesquisa, e ainda quais os direitos assegurados pela legislação e o papel do setor de saúde. Dessa forma, devemos inserir a perspectiva de gênero nas diferentes formações acadêmicas, principalmente na formação em Psicologia, para que possamos trazer para os debates e para a prática profissional elementos que nos ajudem a construir uma sociedade livre de desigualdades e violências.

Considerações finais

O artigo teve como objetivo conhecer as experiências, as concepções de violência e as práticas de cuidado de profissionais da Psicologia diante de casos de violência sexual na universidade e analisar as ações realizadas pela universidade no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres neste espaço. Por meio das entrevistas e da técnica de Associação Livre de Palavras, foi possível perceber muitas semelhanças nos discursos dos/as participantes, por serem da área da Psicologia, no entanto pudemos encontrar especificidades engendradas pela posição em que se encontram no contexto universitário. Além disso, as notas do diário de campo contribuíram para ampliar nossas percepções e entendimentos durante o processo de pesquisa.

A violência tem se apresentado de diversas formas dentro das instituições de ensino superior. Vieram à tona as festas universitárias como um ambiente propício para a violência, a importância de ações de enfrentamento por parte das instituições e as estudantes como sendo mais expostas à violência neste contexto. Entretanto, por mais que possamos concluir que as estudantes estão mais vulneráveis, mulheres que ocupam outros lugares no contexto universitário também estão expostas a muitas violências e que muitas vezes, dependendo do cargo ocupado, a denúncia torna-se ainda mais difícil. O processo de denúncia é um assunto de extrema importância e deve ser mais bem discutido pelo campo da Psicologia, uma vez que os/as participantes tiveram diferentes posicionamentos sobre orientações quanto à denúncia em casos de violência sexual. Além disso, devem-se levar em conta todas as intersecções de raça, idade, classe social e ocupação presentes neste ambiente.

Diante do que foi pesquisado, constatamos a necessidade de elaboração de ações que envolvam tanto estudantes quanto servidores/as da universidade. A violência de gênero precisa ser visibilizada em campanhas nas instituições de ensino superior, e estar presente transversalmente nos currículos acadêmicos, medidas que a universidade estudada tem, aos poucos, realizado. Torna-se fundamental investir na criação de espaços de acolhimento e cuidado, tais como grupos terapêuticos de epistemologia feminista e rodas de conversas regulares, de modo a fortalecer o coletivo mulheres ao mesmo tempo em que se atente para as singularidades e as interseccionalidades, pois diante das informações construídas nessa pesquisa, as estudantes não sabem onde buscar ajuda, e ainda, quando buscam, muitos órgãos da instituição não se responsabilizam.

Ademais, a pesquisa possibilitou compreender que ao não apresentar um serviço institucionalizado na universidade para atender especificamente casos de violência, há implicações na ausência de protocolos, na pluralidade de conceituar violência para os profissionais e na dificuldade que isso representa na prática – no momento de intervir nos casos. Se não está claro para os/as profissionais o que é violência e quais os tipos de violência, os casos podem passar despercebidos. Há mais uma dificuldade que deve ser levada em conta, a continuidade aos atendimentos na rede, posto que por desconhecimento e pela própria fragilidade da rede de atenção, geralmente, não é possível dar resolubilidade para os casos. Por isso, é necessário estar claro para os/as profissionais da Psicologia qual a posição a tomar em termos de denúncia, isto é, estar atento/a à legislação e suas nuances.

É fundamental que as universidades se posicionem perante os casos de violência e que possam oferecer serviços para denúncia e atendimento interdisciplinar. Fica evidente que já é tempo das universidades criarem e implementarem políticas que abarquem as especificidades das violências. Percebemos, assim, que é importante refletir e debater sobre a violência nesse ambiente, para que a universidade seja um local de construção de conhecimento e que sirva justamente para se (des)construir as ideias relacionadas à violência, às relações de gênero e à sexualidade.

A temática da violência nas universidades deve ser cada vez mais estudada, uma vez que constatamos que há carência de estudos realizados no Brasil. É necessário o incentivo para que sejam feitas mais pesquisas, já que com elas podemos compreender esse assunto, seja por meio de questionários, entrevistas com as pessoas da comunidade acadêmica, com as estudantes que sofreram algum tipo de violência, etc. Seria interessante realizar estudos de delineamento participativo, recorrendo a observações participantes e pesquisas-intervenção, além de pesquisa documental envolvendo não apenas legislação brasileira, mas as resoluções e normativas das universidades.

Consideramos, enquanto limitação do nosso estudo, uma pequena amostra de participantes. No entanto, constatamos que ao direcionar o olhar para um caso específico de violência sexual, o qual suscitou diversas reflexões (tanto para os serviços da universidade quanto para os/as profissionais envolvidos/as) foi possível abordar com profundidade a temática proposta. Acreditamos que nossa pesquisa e outras poderiam se beneficiar com a inclusão de participantes estudantes e dos diversos setores da universidade. Ainda, sugerimos que se enfoque as violências nos trotes universitários, violências contra populações específicas e os modos como os diferentes serviços de acolhimento/atendimento às pessoas que sofrem violência se (des)articulam.

Contribuições dos autores

Souza JG participou da concepção, delineamento, análise qualitativa dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados, redação e encaminhamento do artigo científico. Roso AR. participou da concepção, delineamento, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Moraes MEF participou da concepção, delineamento e análise qualitativa dos dados da pesquisa.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista de Psicologia Diversidade e Saúde é indexada no [EBSCO](#), [DOAJ](#) e [LILACS](#).

EBSCO

DOAJ

LILACS

Referências

- Agência Patrícia Galvão. (2016). Pesquisa Violência Sexual: Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil. https://assets-institucional-ippg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2016/12/Pesquisa_ViolenciaSexual_2016.pdf.
- Aguilar, C. R., Olea, M. J. A., Alcatud, P. M., & Roldán, S. M. (2009). Violencia de género en el ámbito universitario. Medidas para su superación. [Violência de gênero no âmbito universitário. Medidas para a sua superação]. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, (16), 85-94.
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva, & C. Portella. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. (pp. 384-399). Technopolitik.
- Arendt, H. (1994). *Sobre a violência*. Relume Dumará. [Texto originalmente publicado em 1970].
- Azambuja, M. P. R., & Nogueira, C. (2009). Potencialidades investigativas para a violência de gênero: utilização da análise de discurso. *Ciênc. saúde coletiva*, 14(5), 1721-1730. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000500013>
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. estado*, 29(2), 449-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
- Bandeira, L. M. (2017). Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *Revista Gênero*, 17(2), 49-79. <https://doi.org/10.22409/rg.v17i2.942>
- Bellini, D. M. G. (2018). *Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação* (SciELO e Web of Science 2016 e 2017) [Dissertação de mestrado, Centro De Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCAR. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9942?show=full>

- Bernard, H. R. (1994). *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. [Métodos de pesquisa em antropologia: abordagens quantitativas e qualitativas]. (2ª ed). AltaMira Press.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf>.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, M. W., & G. Gaskell. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 64-89). (2ª ed). Vozes.
- Gender Studies Institute. (2010). *Gender based violence: a study of three universities in Afghanistan*. [Violência de gênero: um estudo com três universidades do Afeganistão]. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189969>.
- Gomes, R. (2009). *Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa*. In: M. C. S. Minayo, S. F. Deslandes, & R. Gomes. (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (pp. 79-108). (28ª ed). Vozes.
- González-Rey, F. L. (1997). Epistemología cualitativa: sus implicaciones metodológicas. [Epistemologia qualitativa: implicações metodológicas]. *Psicologia Revista*, 5, 13-32.
- González-Rey, F. L. (2009). Epistemologia y Ontología: un debate necesario para la psicología hoy. [Epistemologia e Ontologia: um debate necessário para a Psicologia hoje]. *Diversitas*, 5(2), 205-224. <http://www.scielo.org.co/pdf/dpp/v5n2/v5n2a02.pdf>
- Goulart, M. C. V., Coelho, M. T. A. D., & Pontes, S. A. (2013). Considerações sobre a violência na universidade. In: *Anais do VII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15768>.
- Hernández, S. I. T. (2015). Violencia de género en las universidades o la necesidad de una intervención educativa. [Violência de gênero nas universidades ou a necessidade de uma intervenção educativa]. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 531-544. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2015.n1.v1.46>
- Holly, M. L. & Altrichter, H. (2015). *Diários de pesquisa*. In: B. Somekk, & C. Lewin. (Orgs.). *Teoria e métodos de pesquisa social*. (pp. 79-89). Vozes.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: exploring the critical potential of social representations theory. [Uma representação social não é algo simples: explorando o potencial crítico da Teoria das Representações Sociais]. *British Journal of social psychology*, 45(1), 65-86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>
- Hudelson, P. (1994). *Qualitative Research for health programmes*. [Pesquisa qualitativa em programas de saúde]. Division of Mental Health, World Health Association (WHO). <https://apps.who.int/iris/handle/10665/62315>.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Contextos do saber*. Representações, comunidade e cultura. Vozes.
- Katz, H. (2006). *Global surveys or multi-national surveys? On sampling for global surveys*. [Pesquisas globais ou multinacionais? Sobre amostragem para pesquisas globais]. In: Thoughts for the Globalization and Social Science Data Workshop UCSB.
- Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (2009). Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm.
- Lewin, C. (2015). Compreensão e descrição de dados quantitativos. In: B. Somekh., & C. Lewin. (Orgs.). *Teoria e métodos de pesquisa social*. (pp. 287-299). Vozes.
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto M. P., Severi, F. C., & Vieira E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface*, 23, e180653. <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>

- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, 9(3), 239-262. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>
- Ministério da Saúde. (2012). Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf
- Moreno-Cubillos, C. L., Sepulveda-Gallego, L. E., & Restrepo-Rendon, L. F. (2013). Prevalencia de violencia y discriminación contra la mujer en la Facultad de Ciencias para la Salud, Universidad de Caldas, Colombia. [Prevalência de violência e discriminação contra a mulher na Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Caldas, Colômbia]. 2010-2011. *Rev. Colomb. Obstet. Ginecol.*, 64(1), 12-20. <https://doi.org/10.18597/rcog.125>
- Netto, L. A., Moura, M. A. V., Queiroz, A. B. A., Tyrrell M. A. R., & Bravo, M. M. P. (2014). Violência contra a mulher e suas consequências. *Acta paul. enferm.*, 27(5), 458-464. <https://www.scielo.br/j/ape/a/yhwcb73nQ8hHvgJGXHhzw8P/?format=pdf&lang=pt>
- Neves, D. A. B., Brito, R. C., Códula, A. C. C., Silva, J. T., & Tavares, D. W. S. (2014). Protocolo verbal e teste de associação livre de palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. *Ponto de Acesso*, 8(3), 64-79. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12917>
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.*, 18(36), 15-23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Porto, M. (2017). O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva, & C. Portella. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. (pp. 400-411). Technopolitik.
- Rodriguez-Peñaranda, M. L. (2019). Fraternidad y luchas feministas contra el acoso sexual en la Universidad Nacional de Colombia. [Fraternidade e lutas feministas contra o assédio sexual na Universidade Nacional da Colômbia]. *Nômadas*, 51, 49-65. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a3>
- Rosa, E. M., Coelho, B. I., Oliveira, D. M., Roldi, P. L., & Drago, Á. B. (2007). O estudo da violência pelo método de rede: considerações a respeito do fazer em psicologia social. In: Rodrigues, M. M. P., & Menandro, P. R. M. (Org.). *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia*. (pp. 15-38). Gráfica Editora.
- Roso, A., Gass, R. L., Orsato, D., Alves, T., & Moraes, M. M.. (2011). Minorias étnicas e representações sociais: notas sobre a entrada do psicólogo social em uma comunidade Quilombola. *Psico*, 42(3), 346-353. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/9914>
- Roso, A., Souza, J. G., Pacheco, M. L. L., & Santos, C. (2020). Trotes na universidade e violências: uma revisão integrativa. *Psicologia Argumento*, 39(103), 25-55. <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/26918>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Salih, S. (2015). *Judith Butler e a Teoria Queer*. Editora Autêntica.
- Scavone, M. (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Data Popular/Instituto Avon. <https://dossies.agenciapatriagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>
- Scherer, Z. A. P., Scherer, E. A., Rossi, P. T., Vedana, K. G. G., & Cavalin, L. A. (2015). Manifestação de violência no ambiente universitário: o olhar de acadêmicos de enfermagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(1), 69-77. <https://doi.org/10.5216/ree.v17i1.22983>
- Simões, M. L. (2013). O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. *Revista Temas em Educação*, 22(2), 136-152. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>
- Souza, J. G. de, Roso, A. R., & de Souza, A. F. (2022). Violência contra mulheres na universidade: um estudo sobre as produções científicas latino-americanas. *Revista Ártemis*, 33(1), 217-240. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/56280>
- Valls, R., Aguilar, C., Alonso M. J., Colas, P., Fisas, M., Frutos, L., Gómez, J., Padrós, M., Ruiz, L., Torrego, L., Flecha, A., López, L., Melgar, P., Molina, S., & Pulido, M.A. (2009). *Violencia de género en las universidades españolas. Memoria Final. 2006-2008. Exp. 50/05* [Violência de gênero nas universidades espanholas. Memória Final. 2006-2008. Exp. 50/05]. Ministerio de Igualdad. Madrid: Secretaria General de Políticas de Igualdad. Instituto de la mujer.
- Vigano, S. M. M., & Laffin, M. H. L. F. (2019). Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. *História*, 38, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>
- Zotareli, V., Faúndes A., Osís M. J. D., Duarte G. A., & Sousa M. H. (2012). Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade brasileira. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, 12(1), 37-46. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292012000100004>
- WHO – World Health Organization. (2002). World report on violence and health. [Relatório Mundial sobre Violência e Saúde]. <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>